



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ANTÔNIO GARCIA FILHO
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL



AMANDA DE JESUS SANTOS

**TERAPIA OCUPACIONAL NO CONTEXTO
ESCOLAR: ATUAÇÃO E PRÁTICAS COM O
PÚBLICO INFANTIL**

LAGARTO/SE - 2023

AMANDA DE JESUS SANTOS

Orientadora: Prof^ª. Dra TAÍS BRACHER

ANNOROSO SOARES

**TERAPIA OCUPACIONAL NO CONTEXTO
ESCOLAR: ATUAÇÃO E PRÁTICAS COM O
PÚBLICO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de Sergipe como pré-
requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Terapia Ocupacional.

AMANDA DE JESUS SANTOS

**TERAPIA OCUPACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR:
ATUAÇÃO E PRÁTICAS COM O PÚBLICO INFANTIL.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado como cumprimento das exigências legais da Resolução 36/2011 CONEPE-UFS do currículo do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe, Lagarto/SE.

Lagarto/SE, ____ de _____ de 2023.

Avaliadores:

Prof^a. Dra TAÍS BRACHER ANNORSO SOARES.
Orientadora

Prof^a. Dra Luana Foroni Andrade.

Me. Deborah Lima Ramos de Melo.

RESUMO

Introdução: Os Terapeutas Ocupacionais buscam se aproximar dos espaços onde são desenvolvidas as ocupações infantis, sendo um deles o contexto escolar. Sua atuação não é recente e uma das ações mais desenvolvidas nesse espaço é o processo de inclusão escolar, atualmente as práticas nesse contexto estão amparadas pela resolução nº 500 de 26 de dezembro de 2018. **Objetivo:** Explorar e Mapear nas bases de dados brasileira as intervenções terapêuticas ocupacionais com as crianças na escola. **Método:** Foi realizado uma Revisão de Escopo, a fim de mostrar as principais evidências encontradas nas bases de dados: SCIELO e nas Revistas Brasileiras de Terapia Ocupacional, Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional; Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional - UFSCar e Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, a partir da pergunta norteadora- O que se encontra na literatura brasileira científica a respeito da atuação da terapia ocupacional nas escolas com o público infantil?. **Resultados:** Nessa pesquisa, foram selecionados 11 artigos que estavam de acordo com o objetivo desse estudo. **Discussão:** As ocupações desenvolvidas na escola são importantes para o desenvolvimento infantil. As principais práticas desenvolvidas pelos terapeutas ocupacionais na escola com o público infantil são com as crianças com algum tipo de deficiência e aquelas incluídas no processo de inclusão escolar, as ações também são direcionadas aos docentes, a qual os terapeutas contribuem no desenvolvimento de estratégias para ajudar na aprendizagem dos alunos, assim como na construção de práticas mais inclusivas, a parceria da gestão escolar, família e a comunidade. **Conclusão:** A maioria dos artigos relatam a intervenção da terapia ocupacional direcionada ao processo de inclusão escolar com os alunos com necessidades específicas, seguindo da utilização de recursos da Tecnologia Assistiva e a compreensão do contexto escolar como um âmbito em ascensão e destacam a necessidade de mais publicações nas bases de dados acerca das ações desenvolvidas na prática.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Contexto Escolar, Escola, Crianças.

ABSTRACT

Introduction: The Occupational Therapists seek to approach the spaces where children's occupations are developed, one of them being the school context. Their performance is not recent and one of the most developed actions in this space is the process of school inclusion, currently the practices in this context are supported by resolution No. 500 of December 26, 2018. **Objective:** Explore and Map in Brazilian databases occupational therapeutic interventions with children at school. **Method:** A Scope Review was performed in order to show the main evidence found in the databases: SCIELO and in the Brazilian Journals of Occupational Therapy, Brazilian Interinstitutional Journal of Occupational Therapy; Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional - UFSCar e Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, based on the guiding question-What is found in the Brazilian scientific literature about the performance of occupational therapy in schools with children?. **Results:** In this research, they were selected 11 articles were selected that were in agreement with the objective of this study. **Discussion:** The occupations developed in the school are important for child development. The main practices developed by occupational therapists in school with the children's public are with children with some type of disability and those included in the process of school inclusion. The actions are also directed to teachers, which therapists contribute to the development of strategies to help students learn, as well as the construction of more inclusive practices, a partnership between school management, the family and the

Community. **Conclusion:** Most articles report the intervention of occupational therapy directed to the process of school inclusion with students with special educational needs, following the use of Assistive Technologie resources and gives understanding of the school context as a growing environment and highlight the need for more publications about the actions developed in practice in Brazilian databases.

KEYWORDS: Occupational Therapy, School Context, School, Children.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção deste estudo.....	15
Figura 2: artigos selecionados e seus respectivos periódicos e ano de publicação.....	16
Figura 3: Principais temáticas encontradas nos artigos desse estudo.....	18

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
3	METODOLOGIA	13
3.1	Definição da questão de pesquisa.....	13
3.2	Busca dos estudos.....	14
3.3	Seleção dos estudos.....	14
4	RESULTADOS.....	17
5	DISCUSSÃO	19
6	CONCLUSÃO.....	24
	REFERÊNCIAS.....	25
	ANEXOS.....	28

TERAPIA OCUPACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ATUAÇÃO E PRÁTICAS COM O PÚBLICO INFANTIL.

OCCUPATIONAL THERAPY IN THE SCHOOL CONTEXT: ACTION AND PRACTICES WITH CHILDREN.

1 INTRODUÇÃO

No cerne da Terapia Ocupacional, as ocupações humanas são objetos centrais para o indivíduo. A partir disso, as ocupações se constroem na infância e tornam-se significativa e peculiar para o indivíduo à medida que conhece e explora o ambiente que vive e o mundo (FOLHA, D. R. S. C. & BARBA, P. C. S. D., 2022).

A educação é uma ocupação, em razão disso, os terapeutas ocupacionais contemplam em suas práticas com o público infantil, seus conhecimentos e expertises profissionais, assim como buscam a aproximação dos contextos que cercam o cotidiano infantil e os ambientes em que são executadas as ocupações, sendo primeiramente a família e por conseguinte a escola (AOTA, 2020).

Com efeito, a inserção do terapeuta ocupacional no campo da educação, segundo Rocha (2007), se fez através da Educação Especial, onde o trabalho era direcionado ao público com deficiência ou com algum tipo de transtorno do desenvolvimento, que estudava em escolas de educação especial, segregadas da rede regular de ensino. Dentro dessas instituições, as ações do terapeuta ocupacional eram direcionadas aos professores, dando suporte mediante as dificuldades apresentadas pelos alunos, como também, analisando a possibilidade de fazer adaptações na sala de aula, na estrutura física, na realização de atividades e orientações sobre o uso de recursos assistivos (SOUZA et al., apud ROCHA, 2007).

No contexto escolar, um dos tópicos mais debatidos é a inclusão escolar. Onde, os terapeutas ocupacionais vêm a contribuir de forma significativa nesse processo (OLIVEIRA, P. M. R.; DUTRA, L. R.; MELO, P. R. T.; REZENDE, M. B., 2015).

Dentro desse viés inclusivista, atualmente, as intervenções do terapeuta ocupacional não se restringem apenas à criança, cabe também em suas ações englobar e ocorrer junto à comunidade escolar e à família, visando a favorecer e melhorar a participação da criança nesse contexto e em todas as atividades que este abrange (OLIVEIRA, P. M. R.; DUTRA, L. R.; MELO, P. R. T.; REZENDE, M. B., 2015).

Ao longo dos anos, a atuação da Terapia Ocupacional nesse contexto foi ganhando notoriedade, expandiram-se e passou a ser amparada legalmente. Um marco desse reconhecimento foi a promulgação da resolução nº 500, 26 de dezembro de 2018 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia ocupacional, na qual reconhece e institui oficialmente a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, passando a ser chamada de Terapeuta Ocupacional Especialista em Contexto Escolar. Tal resolução contribuiu, de certa forma, na ampliação dos conhecimentos sobre a atuação na área e para legitimar a prática (COFFITO, 2018).

Diante disso, os profissionais de Terapia Ocupacional vêm contribuindo para favorecer a democratização do acesso e permanência das crianças nas escolas do país, com foco no desempenho ocupacional do aluno, contribuindo dessa forma no envolvimento da criança nas atividades pertencentes ao contexto escolar (FOLHA, D. R. S. C. & BARBA, P. C. S. D., 2022; OLIVEIRA, P. M. R.; DUTRA, L. R.; MELO, P. R. T.; REZENDE, M. B., 2015).

A partir do exposto, esse trabalho apresenta como justificativa o fato de que, apesar de ser uma área traçada pela Terapia Ocupacional, ainda não encontramos na literatura muitos estudos e trabalhos publicados acerca da especificidade da terapia ocupacional no ambiente escolar, sobretudo com o público infantil, que é o foco desse trabalho. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo explorar e mapear nas produções de conhecimento brasileira as intervenções terapêuticas ocupacionais com as crianças na escola. A fim de evidenciar possíveis avanços e identificar lacunas existentes na literatura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a Terapia Ocupacional, as ocupações escolares podem ser compreendidas como:

[...] ocupações que compõem o cotidiano educacional e que, ao mesmo tempo em que promovem o aprendizado, a socialização e o desenvolvimento por meio da participação nelas, requerem essa participação para promover o aprendizado, a socialização e, por conseguinte, o desenvolvimento ocupacional dos estudantes (Folha, 2019, p. 180).

Diante disso, os terapeutas ocupacionais reconhecem o papel crucial que a escola desempenha, ao passo que por meio da participação nas ocupações da escola as crianças se desenvolvem (FOLHA, D. R. S. C. & BARBA, P. C. S. D, 2022).

E assim, para ajudar no processo de desenvolvimento de ações em prol das crianças, os terapeutas ocupacionais recorrem as políticas assistenciais brasileiras para compreenderem a situação desse campo de atuação (VAN SCHAIK, E. E. & BRUNELLO, M. I. B, 2012).

Nesse sentido, no Brasil, as principais mudanças legislativas no campo da educação ocorreram diante da Constituição Federal do país em 1988, a partir do artigo 205, que assegura que a educação é um direito de todos e dever do estado, família e sociedade, com o intuito de garantir a cidadania, somado ao artigo 206 que descreve como um dos princípios assegurar igualdade de acesso e continuidade na escola (BRASIL, 1988). Foi a partir da Constituição que foram iniciadas mudanças no cenário educacional brasileiro, com a entrada e permanência de quaisquer pessoas na escola.

Dentro desse cenário político assistencial na educação, somando a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi publicada em 1996, a partir do seu Artigo 2º:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

A postergação dessas diretrizes favoreceu o entendimento não só do corpo escolar como também dos atores que cercam as crianças, incluindo a sociedade. A saber que, todo indivíduo tem direito a adentrar e permanecer nessa instituição de forma digna, para que assim se prepare para o mercado de trabalho (BRASIL, 1998, BRASIL, 1996).

Ainda, presente na LDB está a Educação Especial, definida, em seu capítulo V, artigo 58, como: “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Posteriormente, o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001 foi publicado com o objetivo de assegurar melhorias na qualidade do ensino em todos os níveis, destacando-se a adequação às características das crianças especiais. Ao mesmo tempo aponta as

dificuldades encontradas para a oferta de matrículas para alunos com deficiência e a acessibilidade física (BRASIL, 2001).

O conhecimento tanto da LBD quanto da PNE e outras diretrizes e leis, é essencial para compreender a área da educação, seus vieses, leis e legislações direcionadas aos educandos, docentes e gestão. Logo, os Terapeutas Ocupacionais que atuem no contexto escolar necessitam conhecer e compreender essa e as demais leis da educação para compreender a completude do contexto e as características do público-alvo (BRASIL, 1996, BRASIL, 2001).

Em 2004, foi publicado o documento: O Acesso de Alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, a qual teve como intuito disseminar as ideias e as diretrizes mundiais direcionadas a inclusão, ratificando os direitos dos alunos com deficiência a frequentar as turmas comuns de ensino, como também os benefícios advindos da escolarização (BRASIL, 2004).

No âmbito das políticas destinadas as pessoas com deficiência, há a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicada no ano de 2015, apresentando como intuito: “[...]destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Dentro desta, o artigo 2º explica quem são as pessoas da qual recebe o nome deste estatuto:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Do direito a educação, no capítulo IV, art. 27, há:

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistemas educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015).

Desde o princípio, ações direcionadas as crianças com deficiência é uma demanda acompanhada pelos terapeutas ocupacionais na escola. Por isso, conhecer quais são seus direitos assegurados é fundamental para monitorar o cumprimento dessas normas nas escolas e por meio delas agregar no raciocínio profissional (ROCHA, 2007).

Outrossim, a Terapia Ocupacional pode contribuir para a constituição de ambientes acessíveis e confortáveis, primeiramente, avaliando as barreiras arquitetônicas presentes nos diferentes ambientes da escola e orientando a gestão quanto as irregularidades e propondo soluções a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS, 2020).

No Estatuto da Pessoa com Deficiência, está presente definição sobre acessibilidade, descrita no capítulo 1, artigo 3º:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Por isso, o Terapeuta Ocupacional em suas ações direcionadas a acessibilidade, recorre aos parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para verificar se há a necessidade em toda a escola. Com o intuito de orientar a gestão escolar acerca das adaptações necessárias para contribuir no desempenho escolar do aluno e facilitar sua locomoção no ambiente (MARCELINO, J. F. Q., et al, 2020).

Concomitantemente, a tecnologia assistiva é um recurso utilizado dentro da prática do terapeuta ocupacional na escola. A TA é entendida como produtos, estratégias, metodologia que objetivem a funcionalidade da pessoa com deficiência e com o intuito de promover independência e inclusão social[...] (BRASIL, 2015). Desse modo, o uso das Tecnologias Assistivas visa promover adaptações e reestruturar o ambiente, os mobiliários e os materiais utilizados pelas crianças (IDE; YAMAMOTO; SILVA, 2011; DE CARLO; BARTALOTTI, 2001).

Para amparar a prática nesse campo, em dezembro de 2018, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional aprovou a resolução nº 500, que reconhece e disciplina a especialidade do profissional nessa área, denominado Terapeuta Ocupacional especialista em Contexto Escolar. Além disso, aponta esse profissional como competente para avaliar, identificar demandas e intervir no desempenho ocupacional do estudante, visando possibilitar maior envolvimento e participação efetiva em ocupações ou atividades no âmbito do contexto escolar. Algumas ações citadas na resolução incluem: Colaborar nos processos de acesso, permanência e conclusão dos estudos em todas as modalidades; implementação de adaptações ou ajustes com o estudante, no ambiente e/ou na tarefa/ocupação visando o desempenho ocupacional do estudante e verificar a necessidade de acessibilidade em toda escola. Por isso, essa resolução vem servindo como base e suporte para os terapeutas planejarem e explorarem as possibilidades de atuação nesse âmbito (COFFITO, 2018).

Portanto, é perceptível que há vários arcabouços teóricos e legislações que cercam o contexto escolar e que são utilizados nas intervenções dos terapeutas ocupacionais para o desenvolvimento de ações no contexto escolar.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa trata-se de uma Revisão de Escopo (scoping review), correspondentemente, é proposta para a realização de mapeamento da literatura num determinado campo de interesse, sobretudo quando revisões acerca do tema ainda não foram publicadas. Diferentemente da revisão sistemática, a revisão de escopo é adequada a tópicos amplos, podendo reunir vários desenhos de estudos e tem a finalidade de reconhecer as evidências produzidas e tem um caráter descritivo (CORDEIRO, L., SOARES C. B., 2019).

A análise e elaboração do relatório de revisão de escopo, está de acordo com a extensão do Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Review- PRISMA-ScR, para esse tipo de revisão (CORDEIRO, L., SOARES C. B., 2019).

3.1 Definição da questão de pesquisa

Conforme os itens destacados no PRISMA-ScR, nessa pesquisa usou-se a estratégia mnemônica População, Conceito e Contexto (PCC) destinadas para revisões de escopo, assim, a pergunta de pesquisa escolhida foi: O que retrata a literatura brasileira científica a respeito da

atuação da terapia ocupacional nas escolas com o público infantil?. Onde a População referente são as crianças, o Conceito é a atuação da Terapia Ocupacional e o Contexto é a escola.

Dessa forma, foram usados os seguintes termos: Terapia Ocupacional, contexto escolar/escola e crianças.

3.2 Busca dos estudos

O levantamento bibliográfico aconteceu nas três principais revistas de Terapia Ocupacional do país: Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional; Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional - UFSCar e Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, e na base de dados Scientific Electronic Library Online-SCIELO.

Para aprofundar o caminho metodológico foi acrescentado o descritor Booleano AND entre os escolhidos. Assim, foram usados como estratégia de busca em cada base de dados: na Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional- Terapia Ocupacional AND contexto escolar AND crianças; Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional -UFSCar- Terapia Ocupacional AND crianças AND escola; Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo- Terapia Ocupacional AND crianças AND contexto escolar e na SCIELO- Terapia Ocupacional AND escola AND crianças.

Diante disso, observou-se uma diferença entre a posição dos descritores e no próprio descritor em cada base de dados, uma vez que ajustes foram necessários para que fosse alcançado a bibliografia nas bases de dados.

Quanto ao filtro dos anos, não foram delimitados e o idioma escolhido foi apenas o português. E as buscas foram realizadas no mês de fevereiro de 2023.

3.3 Seleção dos estudos

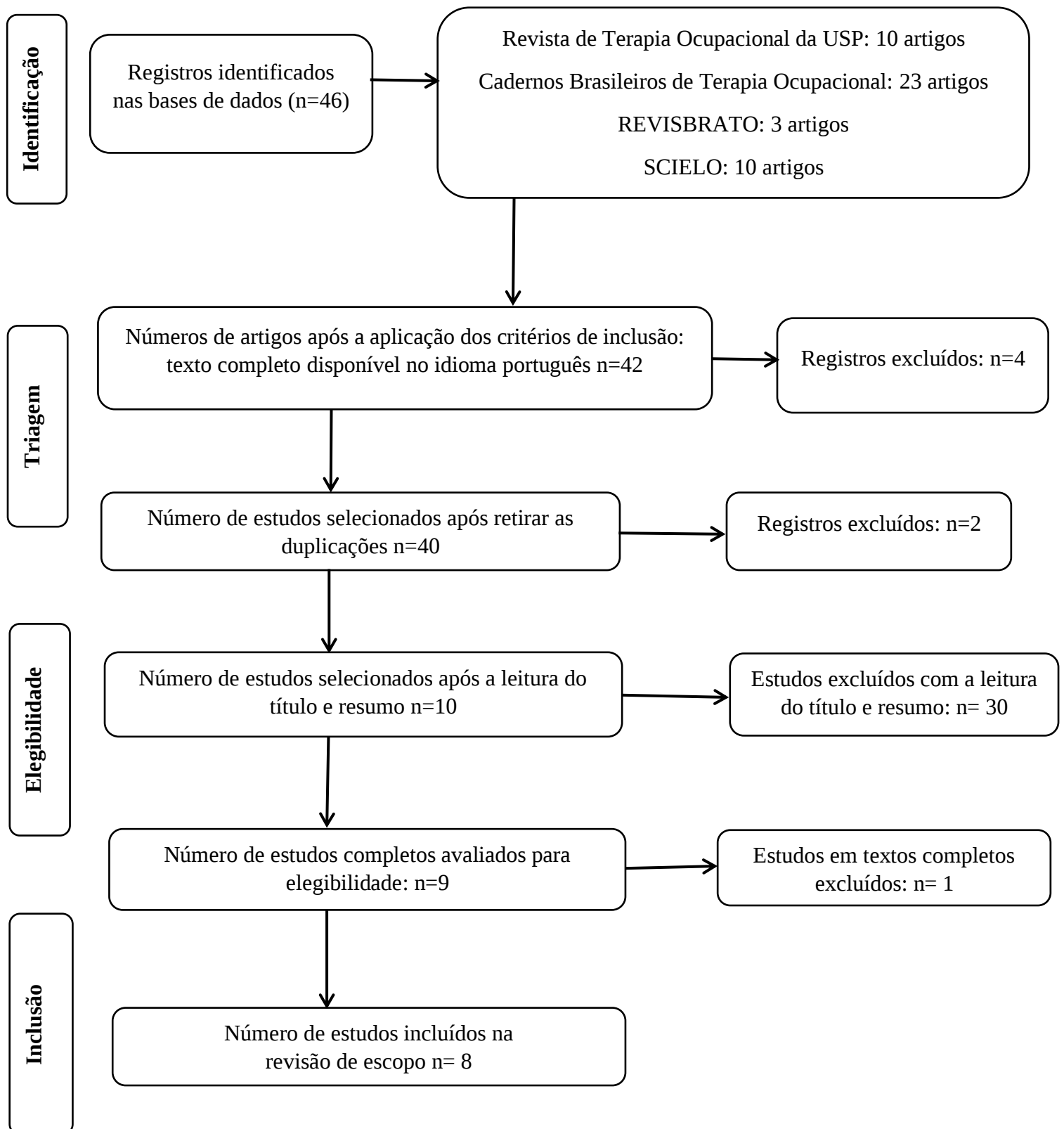
Foram incluídos nessa pesquisa artigos completos disponíveis e em língua portuguesa, assim como os estudos que abordassem a atuação da Terapia Ocupacional no contexto escolar com o público infantil, tanto os artigos originais quanto as revisões sistemáticas e relatos de práticas.

Os critérios de exclusão dos artigos foram os textos que não abordavam sobre a intervenção da terapia ocupacional na escola com o público infantil, ou seja, foram descartados os textos que relatavam a atuação da terapia ocupacional nas escolas com jovens e adultos,

assim como aqueles que não estavam relacionados ao contexto escolar. Ademais, foram descartados os artigos publicados de língua espanhola e inglesa e os artigos duplicados.

A síntese dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos estão expostos no fluxograma abaixo (figura 1). E os 8 artigos selecionados para essa pesquisa estão descritos na figura 2.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção deste estudo.



Fonte: Moher et al. (2009) e autoria própria.

Figura 2: artigos selecionados e seus respectivos periódicos e ano de publicação.

Ano	2004	2012	2015	2015
Períódico de publicação	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar.
Autores	Jurdi, A. P. S.; Brunello, M. I. B.; Honda, M.	Van Schaik, E. E., Brunello, M. I. B.	Oliveira P. M. R., Dutra L. R., Melo P. R. T., Rezende M. B.	Sousa P. G. F., Jurdi A. P. S., Silva C. C. B.
Título	Terapia ocupacional e propostas de intervenção na rede pública de ensino.	Propostas de inclusão escolar de crianças com deficiência no município de Holambra-SP: um estudo exploratório.	Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais: a percepção das educadoras.	O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura.

2020	2021	2021	2022
Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional.	Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional.
Marcelino J. F. Q., Ramos L. Q., Santos M. C., Brito N. H. P., Soares T. C. O., Santos K. C. B. M., Albuquerque R. C.	Souza C. C. B. X., Prado P., Rocha E. F.	Pereira, B. P., Borba, P. L. O., & Lopes, R. E.	Folha D. R. S. C. & Barba P. C. S. D.
Atuação Terapêutica Ocupacional e em Tecnologia Assistiva em uma creche: análise da prática.	Narrativas dos educadores sobre a inclusão escolar de estudantes com deficiência na escola regular: indicativos para uma terapia ocupacional no campo da educação.	Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil.	Classificação da participação de crianças em ocupações nos contextos escolares na perspectiva da terapia ocupacional.

Fonte: autoria própria.

1 RESULTADOS

A partir das estratégias usadas para selecionar os estudos, essa pesquisa obteve 8 artigos. Sendo cinco das três revistas brasileiras de Terapia Ocupacional do país e um da base de dados SCIELO.

Em relação ao ano de publicação dos estudos escolhidos, na Figura 2 pode-se verificar que poucos artigos foram publicados ao longo dos anos de 2004 a 2022 e a revista em que houve mais publicações foi a Revista de Terapia Ocupacional da USP com 5 artigos. Diante disso,

percebe-se que em alguns anos não foram lançadas nenhuma publicação e nem mesmo após a resolução do COFFITO de 2018 a quantidade de artigos publicados não aumentou de forma significativa (Figura 2).

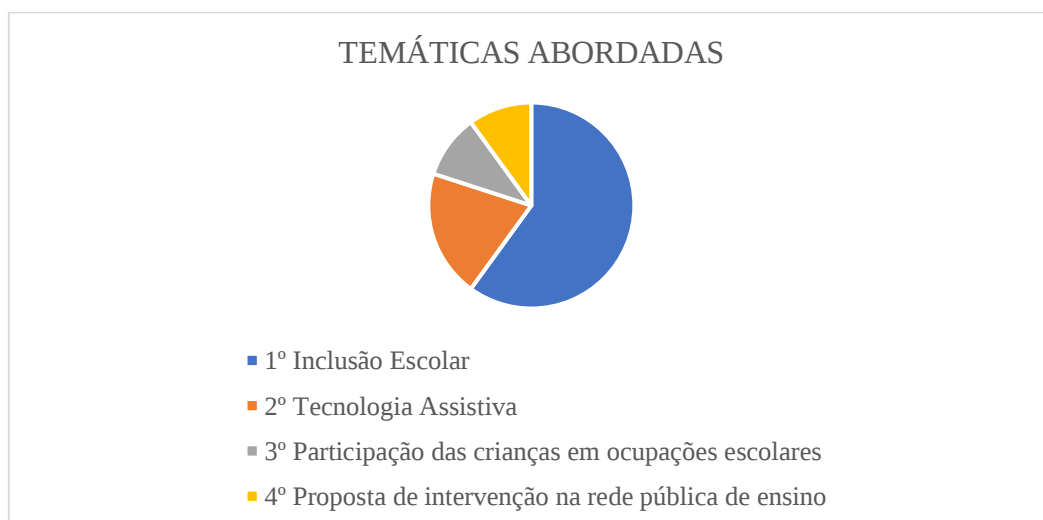
As características dos tipos de estudo são variadas, a qual predominou as pesquisas qualitativas feitas por meio de entrevistas as educadoras, mas também realizado levantamento nas bases de dados e recorte de tese de doutorado. Em segundo plano, as pesquisas de levantamentos, uma revisão bibliográfica e um relato de prática.

Na caracterização da amostra, a população foi protagonizada por terapeutas ocupacionais, mas também foi percebido que nos estudos outros atores da área da educação, como os docentes, gestão escolar e família. A qual constituíam o público-alvo das intervenções, e assim, os estudos relacionavam a parceria do terapeuta ocupacional com ambos.

A instituição onde as pesquisas foram realizadas, houve predominância da escola pública de ensino regular do país.

Quanto ao que é abordado e discutido nos artigos, há uma predominância na relação da inclusão escolar e das contribuições da Terapia Ocupacional. Por conseguinte, a utilização da Tecnologia Assistiva pelos terapeutas ocupacionais para contribuir no processo de aprendizagem das crianças com necessidades especiais, e a parceria com os professores das escolas de ensino regular. A síntese das principais temáticas abordadas nos artigos estão presentes na figura 3 abaixo.

Figura 3: Principais temáticas encontradas nos artigos desse estudo.



Fonte: autoria própria.

2 DISCUSSÃO

Os dados obtidos nessa pesquisa forneceram informações relevante sobre como a literatura brasileira aborda a atuação da terapia ocupacional no contexto escolar com o público infantil.

A AOTA (Associação Americana de Terapia Ocupacional), documento escrito por Terapeutas Ocupacionais dos Estado Unidos, apresenta os domínios da profissão e os processos da prática da terapia ocupacional, e este vem sendo usado como base para guiar o raciocínio profissional de grande parte dos terapeutas ocupacionais brasileiros. No que se refere aos aspectos do domínio presentes no documento, as ocupações, e dentre elas tem-se a educação, como também, o brincar e a participação social. Tais ocupações são praticadas no cotidiano escolar a qual a criança frequenta. Por isso, os terapeutas ocupacionais têm alicerçado conhecimento e competência para atuar e contribuir dentro do ambiente escolar (AOTA, 2020).

Adicionalmente, no artigo de Folha e Barba (2022), o cotidiano das práticas da Educação Infantil, as crianças desenvolvem ocupações não apenas voltadas para o brincar, mas também para o autocuidado e para a aprendizagem de conteúdos escolares. Desse modo, a participação das crianças em ocupações escolares é fundamental para o desenvolvimento e aquisição de habilidades pessoais, sociais e emocionais. Ao passo que, o envolvimento em tais ocupações favorece o ganho de habilidades de crescimento assim como de interação social, por meio do convívio com os pares e outras pessoas, contribui tanto na autoexpressão, quanto na construção de repertórios e, a partir disso, iniciar a criar uma identidade como estudantes e desempenhar esse papel ocupacional (FOLHA, D. R. S. C., & BARBA, P. C. S. D., 2022).

Não obstante, tendo em vista que o brincar é desenvolvido no âmbito escolar, a atividade lúdica, compreendida como uma atividade da infância, contribui, indubitavelmente, no desenvolvimento infantil (JURDI, A. P. S.; BRUNELLO, M. I. B.; HONDA, M., 2004).

No que se refere ao brincar, os terapeutas ocupacionais auxiliam a criança a participar das atividades do contexto escolar, como também daquelas feitas juntamente com a turma na sala de aula. E ainda, contribuir, junto aos professores e coordenação pedagógica, com possíveis adequações aos problemas encontrados no dia a dia da escola e na sala comum, que porventura

comprometa a aprendizagem das crianças e que limite ou exclua sua participação nas atividades propostas (FOLHA, D. R. S. C., & BARBA, P. C. S. D., 2022).

Nessa direção, a intervenção do terapeuta ocupacional favorece a adesão de diferentes formas de participação da criança em suas ocupações no contexto escolar, como também evidencia as potencialidades e empecilhos encontrados na execução das mesmas. (FOLHA & BARBA, 2022).

A propósito, as características do público infantil acompanhado pelo terapeuta ocupacional no contexto escolar, predominantemente, são compostas por crianças que possuem algum tipo de dificuldade no processo de ensino-aprendizagem e/ou com algum tipo de deficiência. Assim como, crianças que apresentam algum tipo de necessidade especial educacional. Sendo que tais crianças estão inseridas no decreto nº 7.611, de novembro de 2011, a qual aponta que os alunos os que possuem deficiências física, intelectual, visual e auditiva, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são assegurados pela inclusão escolar (BRASIL, 2011). Consequentemente, a maior demanda encontrada pelos terapeutas ocupacionais que atuam no contexto escolar.

Cabe ressaltar que, a entrada das pessoas com necessidades especiais nas políticas públicas que assegurem a permanência na escola não foi um processo fácil tampouco rápido. As pessoas com deficiência, por exemplo, demarcaram uma trajetória de batalhas travadas com órgãos públicos e sociedade para conquistarem espaço e voz, obtendo como um dos intuitos atenuar a exclusão social enraizada na concepção da sociedade e buscar por igualdade, cidadania. Ao longo dos anos, várias declarações e documentos foram elaborados, dentre elas a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que busca promover e resguardar os direitos garantidos de forma igualitária objetificando a cidadania e inclusão social (BRASIL, 2015). Mas que, ainda assim muitas barreiras são encontradas, incluindo dentro da escola, sobretudo no processo de inclusão escolar.

Perante isso, cabe ressaltar que a Inclusão Escolar não significa apenas a inserção física do aluno com necessidades educacionais especiais em um ambiente comum a todos, à medida que o acesso perante lei a escola não garante que o aluno esteja incluído na sala de aula e demanda de diferentes atores para sua afetividade. É necessário que o aluno seja parte do contexto escolar, o que significa participar ativamente de todas as atividades sociais e pedagógicas desenvolvidas. O estabelecimento da educação inclusiva é fundamental para construir uma sociedade mais justa (ROCHA et al, 2003).

No que tange ao debate do processo de inclusão escolar, no estudo de Cardoso e Matsakura, esta requer a ressignificação do papel da escola e da educação, trabalho a ser feito com pais, professores e comunidade (CARDOSO, P. T.; MATSUKURA, T. S, 2012; MANTOAN, 2007).

Para se contribuir na inclusão do escolar, estratégias pautadas nos princípios da interprofissionalidade vem se mostrando efetivas. Autores afirmam que as contribuições de diferentes áreas de conhecimento fortalecem a elaboração e desenvolvimento de práticas inclusivas (MENDES, 2002). Para tanto, cabe aos profissionais atuantes no contexto escolar buscar formações para melhor compreensão da questão e cabe a escola buscar ofertar um ensino de qualidade para a comunidade acadêmica.

Nessa direção, o terapeuta ocupacional pode ser membro dessa equipe, tendo em vista que, possui competência para reconhecer a diversidade e assim promover a funcionalidade do sujeito por meio das suas potencialidades, atuando como facilitador da inclusão (PELOSI, 2006 apud CARDOSO, P. T.; MATSUKURA, T. S, 2012).

A abordagem do terapeuta juntamente com os professores das escolas esteve presente em artigos que relacionavam o envolvimento destes para obter de fato a inclusão escolar das crianças com algum tipo de necessidade educacionais (deficiência física, visual, superdotação, transtornos como o do Espectro Autista e outros).

Há consenso entre os autores, no que diz respeito a formação continuada dos professores ser fundamental, uma vez que os docentes são protagonistas nos processos educacionais. Nesse sentido, os terapeutas ocupacionais podem desenvolver ações com o intuito de auxiliar nas práticas desses profissionais desempenhadas na sala de aula e no espaço escolar, a fim de alcançar a todas as crianças (FOLHA, D., R., S., C.; CARVALHO, D., A., 2017).

A atuação conjunta com o professor, tem em uma sua base a possibilidade de auxiliar o docente a adotar estratégias em sala de aula que visem otimizar o ensino-aprendizagem, adaptar tarefas, até mesmo as potencialidades e dificuldades encontradas pela criança em seu desempenho escolar. Com o intuito de ampliar a compreensão das práticas inclusivistas e evitando a exclusão das crianças, assim como buscar erradicar as ideias capacitistas direcionadas as crianças com deficiência ou com algum tipo de necessidade educacional e, assim, proporcionar um ambiente inclusivo começando pela sala de aula (FOLHA, D., R., S., C.; CARVALHO, D., A., 2017).

Outrossim, as intervenções com as crianças na escola podem ocorrer por meio das Tecnologias Assistivas. No cotidiano escolar, a TA é intrinsecamente ligada à necessidade de adaptação do ambiente escolar para a entrada da criança com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que, nos fundamentos da educação inclusiva prevê que mudanças devem ser feitas estruturalmente no âmbito educacional, a fim de que a escola se adeque para receber este aluno, ratificando a ideia de que é o ambiente que deve se adaptar ao aluno e não vice-versa (SOUZA, P. G. F.; JURDI, A. P. S.; SILVA, C. C. B., 2015; OLIVEIRA, 2008).

Ademais, o terapeuta potencializa a constituição de ambientes acessíveis, seguros e confortáveis. Pode ser avaliado as barreiras arquitetônicas nos diferentes espaços da escola, tanto no interior quanto na chegada da criança na instituição. Após as ponderações, a comunidade escolar é orientada quanto as possíveis irregularidades e soluções são propostas baseadas nas premissas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a NBR9050/ABNT. Pode ser implementado, por exemplo, rampas, apoio de barras, a introdução de sinalizações e sistema de alerta (tátil, visual e auditiva), assim como melhor posicionamento da criança no mobiliário escolar, de modo a facilitar a participação de todas as crianças (MARCELINO, J. F. Q., et al., 2020; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020).

Em síntese, as principais práticas e ações desenvolvidas pelos terapeutas ocupacionais estão conforme destacadas por Borba, Pereira e Lopes (2021). As autoras descreveram as contribuições da profissão na escola, a qual dividiu essa relação em três eixos, sendo as principais temáticas as questões sobre a Inclusão social, inclusão escolar e a criança com deficiência, os recursos e dispositivos para a prática da terapia ocupacional na escola e a educação infantil e o desenvolvimento infantil. Por meio disso, pode-se concluir que até os dias atuais, as intervenções dos terapeutas ocupacionais estão pautadas nesses eixos, sendo as principais demandas trazidas e muitas das vezes compreendidas pelos próprios terapeutas (PEREIRA B. P., BORBA, P. L. O., LOPES R. E., 2021).

Além disso, o artigo de Marcelino et all (2020) descreveu as práticas desenvolvidas pelos terapeutas ocupacionais em uma creche e obtendo como base a resolução 500 do COFFITO de 2018, a qual comparou as ações realizadas com as diretrizes propostas pela resolução. A principal demanda trazida pelos docentes foi as crianças com algum tipo de deficiência, com isso cabia aos terapeutas ocupacionais propor e colaborar no desempenho ocupacional dessas crianças nesse espaço. Assim, as ações desenvolvidas foram direcionadas a esse público, desde a avaliação da acessibilidade, adaptações da tarefa e confecção de

Tecnologias Assistivas, propostas aos professores para adaptar o currículo e propor formas de inclusão na sala de aula, até propostas macroestruturais como estratégias para diminuição do bullying. Com isso, foi observado que para seguir ao que estava estabelecido na resolução foi necessário o envolvimento dos diferentes atores da escola, os professores, a gestão e a família das crianças. Porém, nem todas as ações propostas na resolução foram contempladas tendo em vista que para planejar e pôr em prática o que foi idealizado demanda tempo, caso que não houve tempo suficiente (MARCELINO, J., F., Q., et al, 2020).

Diante disso, os terapeutas ocupacionais que interveem nas escolas carecem deixar de lado o viés clínico reabilitativo para entender a criança e o contexto escolar em sua totalidade. Para tanto, é preciso deixar de lado a visão clínica e individualista para incluir em seu raciocínio a escola e as demandas de aprendizagem, assim como abarcar todos os atores do contexto escolar, gestão, professores, discentes, ambiente físico, família, questões socioeconômicas, culturais e as percepções das pessoas. Somado a compreensão das características da criança, não só daquela como o desenvolvimento típico, mas sobretudo abrangendo aquelas consideradas não típicas e que não realizam as atividades escolares como desejado e esperado pelos professores e família, por isso, se espera que em sua proposta de intervenção estejam presentes as questões atitudinais e a justiça ocupacional.

Cabe ressaltar que os terapeutas reconhecem as lacunas e os empecilhos encontrados nessa instituição, desde as barreiras físicas, infraestruturas, acessibilidade, capacitação dos profissionais, articulação com outros profissionais da área da saúde e acompanhamento do discente que necessita de maior atenção.

Contudo, as ações da terapia ocupacional no espaço escolar compreendem diversos atores e recursos e são meios para a ampliação de diálogos entre a escola, família e comunidade. E ainda ser ator no combate as práticas excludentes e discriminatórias, assim possibilitando a participação social. Por outro lado, lacunas na literatura são evidentes, a qual tende a haver predominância de uma das vertentes da atuação do terapeuta nesse espaço, é o caso da inclusão escolar e as publicações acerca de suas intervenções nesse contexto vem ocorrendo de forma vagarosa.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica notório que há relevantes evidências acerca da atuação da terapia ocupacional no contexto escolar, seus avanços e conquistas da terapia ocupacional nesse contexto foram significativos, culminando no reconhecimento da especialidade da Terapia Ocupacional no contexto escolar. Porém, ainda se encontra lacunas e poucos referenciais sobre as contribuições e práticas da terapia ocupacional no contexto escolar e com o público infantil na literatura brasileira diante das vastas possibilidades de ações e intervenções a serem desenvolvidas nesse espaço, assim, pode ser considerada em uma área em construção.

Apesar do fato de não haver restrições quanto as marcações temporárias nas publicações para escolha dos artigos nessa pesquisa, ainda assim ficou explícito que não há muitas publicações acerca das contribuições da terapia ocupacional nesse contexto, sobretudo com o público infantil. Assim, cabe ressaltar que a principal limitação desse estudo foi a quantidade reduzida de publicações disponíveis nas bases de dados.

Diante disso, neste estudo foi possível inferir que muito pouco vem sendo publicado sobre a intervenção dos terapeutas ocupacionais na área. E quando publicado, majoritariamente pela comunidade acadêmica no período da graduação, tanto docentes quanto discentes, e ainda foi observado a restrição a algumas formas de intervenção como no processo de inclusão escolar e o uso da TA. Como resultado, no presente estudo não houve muita diferença referente a quantitativo de artigos publicados antes e após a resolução do COFFITO de 2018, visto que foi um marco para a profissão, foram encontrados menos de 5 artigos após tal acontecimento. Fato esse que desperta algumas indagações, como: a resolução do COFFITO não contribuiu para expansão dos terapeutas ocupacionais que atuam na área? Aparentemente se constate que não adianta apenas criar leis e resoluções ratificando a prática profissional nesse contexto.

Contudo, essa pesquisa contribuiu para maior compreensão das ações desenvolvidas por terapeutas ocupacionais, porém, esta não se esgota para a temática. Ademais, fica reforçado o incentivo aos terapeutas ocupacionais que atuem nesse contexto publiquem seus trabalhos. A fim de divulgar e ampliar o conhecimento sobre as possibilidades de atuação nesse contexto, a eficácia e importância da profissão nessa área considerada em expansão.

REFERÊNCIAS

- AOTA - ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL et al. **Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo-traduzida**. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 26, n. esp, p. 1-49, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162., 2020.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.
- BRASIL. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial [da] União, Brasília.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL-COFFITO. **Resolução n.500**. Reconhece e disciplina a especialidade de terapia ocupacional no contexto escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de jan. 2019. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>> acesso em 07 dez. 2022.
- CORDEIRO, L. & SOARES, C. B. **Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa**. BIS, Bol. Inst. Saúde, p. 37-43, dez. 2019.
- DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. **Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001.
- FOLHA, D. R. S. C. **Perspectiva ocupacional da participação de crianças na Educação Infantil e implicações para a Terapia Ocupacional** (Tese de doutorado). Univ. Fed. São Carlos, São Carlos, 2019.
- FOLHA, D. R. S. C. & BARBA, P. C. S. D. **Classificação da participação de crianças em ocupações nos contextos escolares na perspectiva da terapia ocupacional**. Cad. Bras. Ter. Ocup., set. 2022.

FOLHA, D. R. S. C. & CARVALHO, D. A. **Terapia Ocupacional e formação continuada de professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento.** Rev Ter Ocup Univ São Paulo. set./dez. 2017.

GOMES, D.; TEIXEIRA, L., & RIBEIRO, J. **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição.** Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020).

JURDI, A. P. S.; BRUNELLO, M. I. B.; HONDA, M. **Terapia Ocupacional e proposta de intervenção na rede pública de ensino.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.15, n.1. p. 26-32, jan./abr. 2004.

IDE, M. G.; YAMAMOTO, B. T.; SILVA, C. C. B. **Identificando possibilidades de ação da terapia ocupacional na inclusão escolar.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 323-332, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** 2a ed. São Paulo: Moderna, 2007.

MENDES, E. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, M.; MARINS, S. (Orgs.). Escola inclusive. São Carlos, SP: EdUFSCar. p. 61-85, 2002.

MARCELINO, J. F. Q., et al. **Atuação terapêutica ocupacional e em tecnologia assistiva em uma creche: análise da prática.** Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. v.4, p. 246-254, 2020.

MENDES, R., M.; MISKULIN, R. G. S. **A Análise de Conteúdo como uma Metodologia.** Cadernos de Pesquisa v.47 n.165 p.1044-1066 jul./set. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDBEN, 9394/1996. BRASIL, 1996.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J. & ALTMAN, D. G. **Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement.** PLoS Medicine. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>, 2019.

OLIVEIRA, P. M. R.; DUTRA, L. R.; MELO, P. R. T.; REZENDE, M. B. **Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais: a percepção das educadoras.** Rev Ter Ocup Univ São Paulo. maio/ago, 2015.

PEREIRA, B. P.; BORBA, P. L. O.; LOPES, R. E. **Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil.** Cad. Bras. Ter. Ocup., v. 29, 2021.

ROCHA, E. F. et al. **Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-8, maio/ago. 2003.

SOUZA, C. C. B. X.; PRADO, P.; ROCHA, E. F. **Narrativas dos educadores sobre a inclusão escolar de estudantes com deficiência na escola regular: indicativos para uma terapia ocupacional no campo da educação.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. Jan./dez. 2021-2022

SOUZA, P. G. F.; JURDI, A. P. S.; SILVA, C. C. B. **O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 625-631, 2015.

VAN SCHAIK, E. E. & BRUNELLO, M. I. B. **Propostas de inclusão escolar de crianças com deficiência no município de Holambra-SP: um estudo exploratório.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 274-282, set./dez. 2012.

ANEXOS



PRISMA 2020 Lista

Seção e Tópico	Item#	Item da lista de verificação	Local onde o item é relatado
TÍTULO			
Título	1	Identifique o relatório como uma revisão sistemática.	
ABSTRAIR			
Abstrair	2	Veja a lista de verificação PRISMA 2020 para resumos.	
INTRODUÇÃO			
Lógica	3	Descreva a justificativa para a revisão no contexto do conhecimento existente.	
Objectivos	4	Forneça uma declaração explícita do(s) objetivo(s) ou pergunta(s) que a revisão aborda.	
MÉTODOS			
Critérios de elegibilidade	5	Especificar os critérios de inclusão e exclusão para a revisão e como os estudos foram agrupados para as sínteses.	
Fontes de informação	6	Especificar todas as bases de dados, registos, sítios Web, organizações, listas de referências e outras fontes pesquisadas ou consultadas para identificar estudos. Especifique a data em que cada fonte foi pesquisada ou consultada pela última vez.	
Estratégia de pesquisa	7	Apresentar as estratégias de busca completas para todas as bases de dados, registos e websites, incluindo quaisquer filtros e limites utilizados.	
Processo seletivo	8	Especifique os métodos usados para decidir se um estudo atendeu aos critérios de inclusão da revisão, incluindo quantos revisores examinaram cada regístroe cada relatório recuperado, se eles funcionaram de forma independente e, se aplicável, detalhes das ferramentas de automação usadas no processo.	
Processo de coletade dados	9	Especifique os métodos usados para coletar dados de relatórios, incluindo quantos revisores coletaram dados de cada relatório, se eles trabalharam deforma independente, quaisquer processos para obter ou confirmar dados dos investigadores do estudo e, se aplicável, detalhes das ferramentas de automação usadas no processo.	
Itens de dados	10a	Listar e definir todos os desfechos para os quais os dados foram solicitados. Especifique se todos os resultados compatíveis com cada domínio de desfecho em cada estudo foram procurados (por exemplo, para todas as medidas, pontos de tempo, análises) e, se não, os métodos usados para decidir quais resultados coletar.	
	10b	Listar e definir todas as outras variáveis para as quais foram solicitados dados (por exemplo, características do participante e da intervenção, fontes definanciamento). Descreva quaisquer suposições feitas sobre qualquer informação ausente ou pouco clara.	
Avaliação do riscode viés do estudo	11	Especifique os métodos usados para avaliar o risco de viés nos estudos incluídos, incluindo detalhes da(s) ferramenta(s) usada(s), quantos revisores avaliaramcada estudo e se eles trabalharam de forma independente e, se aplicável, detalhes das ferramentas de automação usadas no processo.	
Medidas de efeito	12	Especificar, para cada resultado, a(s) medida(s) de efeito (por exemplo, rácio de risco, diferença média) utilizada na síntese ou apresentação dos resultados.	
Métodos de síntese	13a	Descrever os processos utilizados para decidir quais estudos foram elegíveis para cada síntese (por exemplo, tabulando as características de intervenção do estudo e comparando com os grupos planejados para cada síntese (item # 5)).	
	13b	Descreva todos os métodos necessários para preparar os dados para apresentação ou síntese, como o tratamento de estatísticas resumidas ausentes ouconversões de dados.	
	13c	Descreva todos os métodos usados para tabular ou exibir visualmente os resultados de estudos e sínteses individuais.	
	13d	Descreva todos os métodos usados para sintetizar resultados e forneça uma justificativa para a(s) escolha(s). Se a metanálise foi realizada, descreva o(s) modelo(s), o(s) método(s) para identificar a presença e a extensão da heterogeneidade estatística e o(s) pacote(s) de software usado(s).	
	13E	Descrever todos os métodos utilizados para explorar possíveis causas de heterogeneidade entre os resultados do estudo (por exemplo, análise de subgrupos,meta-regressão).	

PRISMA 2020 Lista



PRISMA 2020 Lista

Seção e Tópico	Item#	Item da lista de verificação	Local onde o item é relatado
	13f	Descreva quaisquer análises de sensibilidade realizadas para avaliar a robustez dos resultados sintetizados.	
Avaliação de viés de relatório	14	Descreva todos os métodos usados para avaliar o risco de viés devido à falta de resultados em uma síntese (decorrentes de vieses de relatório).	
Avaliação da certeza	15	Descreva quaisquer métodos usados para avaliar a certeza (ou confiança) no corpo de evidências de um resultado.	
RESULTADOS			
Seleção do estudo	16a	Descrever os resultados do processo de busca e seleção, desde o número de registros identificados na busca até o número de estudos incluídos na revisão, idealmente utilizando um fluxograma.	
	16b	Citar estudos que possam parecer atender aos critérios de inclusão, mas que foram excluídos, e explicar por que eles foram excluídos.	
Características do estudo	17	Cite cada estudo incluído e apresente suas características.	
Risco de viés em estudos	18	Apresentar avaliações de risco de viés para cada estudo incluído.	
Resultados de estudos individuais	19	Para todos os resultados, apresentar, para cada estudo: (a) estatísticas resumidas para cada grupo (quando apropriado) e (b) uma estimativa de efeito e sua precisão (por exemplo, intervalo de confiança/credibilidade), idealmente usando tabelas ou gráficos estruturados.	
Resultados das sínteses	20a	Para cada síntese, resumir brevemente as características e o risco de viés entre os estudos contribuintes.	
	20b	Apresentar resultados de todas as sínteses estatísticas realizadas. Se a metanálise tiver sido feita, apresente para cada uma a estimativa sumária e a sua precisão (por exemplo, intervalo de confiança/credibilidade) e medidas de heterogeneidade estatística. Se comparar grupos, descreva a direção do efeito.	
	20c	Apresentar resultados de todas as investigações de possíveis causas de heterogeneidade entre os resultados do estudo.	
	20d	Apresentar resultados de todas as análises de sensibilidade realizadas para avaliar a robustez dos resultados sintetizados.	
Vieses de relatórios	21	Apresentar avaliações de risco de viés devido à falta de resultados (decorrentes de vieses de relato) para cada síntese avaliada.	
Certeza das provas	22	Apresentar avaliações de certeza (ou confiança) no corpo de evidências para cada resultado avaliado.	
DISCUSSÃO			
Discussão	23a	Fornecer uma interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências.	
	23b	Discuta quaisquer limitações das evidências incluídas na revisão.	
	23c	Discuta quaisquer limitações dos processos de revisão utilizados.	
	23d	Discuta as implicações dos resultados para a prática, a política e a pesquisa futura.	
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Registro e protocolo	24a	Forneça informações de registro para a revisão, incluindo nome de registro e número de registro, ou declare que a revisão não foi registrada.	
	24b	Indique onde o protocolo de revisão pode ser acessado ou indique que um protocolo não foi preparado.	
	24c	Descrever e explicar quaisquer alterações às informações fornecidas no momento do registro ou no protocolo.	
Apoio	25	Descreva as fontes de apoio financeiro ou não financeiro para a revisão e o papel dos financiadores ou patrocinadores na revisão.	
Interesses	26	Declarar quaisquer interesses concorrentes dos autores da revisão.	

Seção e Tópico	Item#	Item da lista de verificação	Local onde o item é relatado
concorrentes			
Disponibilidade de dados, código e outros materiais	27	Relatar quais dos seguintes itens estão disponíveis publicamente e onde podem ser encontrados: formulários de coleta de dados de modelo; dados extraídos dos estudos incluídos; dados utilizados para todas as análises; código analítico; quaisquer outros materiais utilizados na revisão.	

De: Página MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. A declaração PRISMA 2020: uma diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. BMJ 2021;372:n71. DOI: 10.1136/bmj.n71

Para mais informações, visite: <http://www.prisma-statement.org/>